

PRESSÃO ALTA



Nº 06 - Maio/2005

CNTSS CUT

Jornadas de 20 e 30 horas

Continuamos a resistir

O SindSaúde abre canais de negociação, mas sempre esbarra no governador.

Vamos manter nossas jornadas com a persistência de cada um em seu local de trabalho



Servidores da Saúde se unem aos demais funcionários na luta por salários

1º de junho é dia de mobilização por salários

O SindSaúde participa ativamente do Fórum dos Servidores. Esse é um importante espaço que aglutina os sindicatos na luta pelo reajuste salarial de todo o funcionalismo, em atividade e aposentados.

Estes sindicatos definiram para 1º de junho uma grande mobilização, com passeata que reunirá representantes de todos os locais de trabalho. Será fundamental a participação dos aposentados.

Os aposentados e os representantes dos locais de trabalho devem procurar o sindicato para definirmos nossa participação.

Com objetivo de regulamentar a jornada de trabalho dos servidores da saúde o sindicato defendeu no ano passado a aprovação de projeto de lei na Assembleia Legislativa. A direção sindical fez um enorme trabalho para convencer os deputados e o próprio governo da necessidade das jornadas diferenciadas. O projeto teve o apoio unânime dos parlamentares e até o governador se mostrou favorável.

Mas Requião traiu sua palavra e vetou o projeto. Foi além. Emitiu o Decreto 4345 determinando que todos os servidores cumpram jornada de 40 horas semanais. O decreto con-

tém diversas ilegalidades.

Desconsidera leis nacionais e portarias estaduais e ainda determina o desvio de função. O SindSaúde está questionando o decreto e vem desenvolvendo diversas ações na defesa das jornadas diferenciadas.

Além de mobilizar a categoria, a direção sindical tem buscado o apoio de autoridades e órgãos públicos. Entre elas, o Ministério Público, várias secretarias do governo e a Assembleia Legislativa. As conversas evoluíram de forma a conseguirmos que não houvesse descontos. Mas a definição da jornada sempre esbarra na posição do governador.

Aposentados na luta

Os aposentados vão participar em grande número na mobilização de 1º de junho. Vamos exigir do governo a correção da tabela de vencimentos e o enquadramento correto.

O governo não incorporou corretamente os aposentados na tabela salarial. Quem

estava no final da carreira está recebendo como se estivesse no início. Como está aposentado, não pode ter avanços. Foi uma maldade que Lerner fez com os aposentados e o governo Requião não está corrigindo.

Queremos o enquadramento no nível correspon-

O jeito é resistir

Manteremos as jornadas de 20 ou 30 horas com a resistência de cada um em seu local de trabalho. Não aceite pressão de chefia! Ignore as ameaças! Lembre-se que os relógios-ponto não foram implantados. Se houver retaliação, denuncie no sindicato.

Ação em defesa da jornada

O sindicato ingressou com ação para anular o Decreto 4345 e manter as atuais jornadas de 20 e 30 horas para todos. Embora confiemos que será feita justiça, devemos ter sempre claro que nunca se sabe qual será a decisão do juiz.

dente à tabela que vigia na época do Quadro Geral do Estado. A direção sindical está buscando negociações na Procuradoria Geral do Estado e na Secretaria da Fazenda. Se não derem certo, precisaremos que a mobilização de 1º de junho seja forte.

JURÍDICO

Conheça as novas ações na Justiça

Governo precisa pagar parcelas atrasadas do PCCS



Assembléia de 31 de março decidiu entrar com as ações

Em assembléia os trabalhadores da saúde decidiram fazer a última tentativa de negociação para o governo pagar os atrasos da progressão e promoção no quadro de carreira e da GAS. Estes direitos são garantidos pelo PCCS, mas o governo não respeitou os prazos para implantá-los. Se nesta tentativa o sindicato não obtiver sucesso, ingressaremos com ação na Justiça.

A negociação política das perdas pode evitar a espera de dez anos para receber. Mas se o governo não quer pagar, o sindicato vai à Justiça em nome dos seus filiados. Para participar da ação, deve ser sindicalizado até 10 de julho.

O que é cobrado

Servidores de 1º grau: Diferenças salariais pela promoção e progressão referentes a janeiro, fevereiro e março de 2004, e ainda, 12 meses de atrasados da progressão por tempo de serviço.

Servidores de 2º grau: Diferenças salariais pela promoção e progressão nos meses de julho de 2003 a janeiro de 2004, e ainda, 12 meses de atrasados da progressão por tempo de serviço.

Servidores de 3º grau: Cerca de 400 servidores têm a receber o atrasado de 12 meses de outubro de 2002 a outubro de 2003, e ainda, 18 meses de atrasados da progressão por tempo de serviço para todos os servidores de 3º grau

GAS: A gratificação deveria começar a ser paga doze meses após a publicação da lei. Deveria ser julho de 2003, mas só começou a ser paga em outubro de 2004 com 14 meses de atraso, devido à mobilização da categoria.

INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

Queremos fiscalizar os laudos

O sindicato quer acompanhar a inspeção da insalubridade e da periculosidade nos ambientes de trabalho.

Como em nossos ambientes de trabalho temos contato direto com agentes biológicos e químicos, não há dúvidas que será verificada insalubridade. Em alguns casos também será constatada a periculosidade, nos casos em que o funcionário está exposto a perigo de vida por trabalhar com radiação (raio x), alta ten-

são ou sob a ameaça de explosão (caldeiras).

Se forem bem feitos, esses laudos vão favorecer o retorno do pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade e a luta pelas jornadas de 20 e 30 horas. Isso porque duas leis permitem jornadas menores para quem trabalha em ambientes insalubres e perigosos.

A Lei 10692/93, assinada por Requião em seu primeiro mandato, em seu artigo 7º, afirma que, "verificada a existência de insalubridade, o ór-

Investimento nas DERs



Is R m E a D i l p n o t a

Importante atividade do SindSaúde para formar novas lideranças foi o encontro realizado de 28 a 30 de abril. Ele reuniu os membros das sete Diretorias Executiva Regionais (DERs) organizadas com o objetivo de melhorar nossa organização por todo o Estado. É um trabalho pela descentralização e para ampliar a democracia no sindicato, para termos o SindSaúde onde o trabalhador está.

Formação e qualidade

Investir na qualificação dos servidores é prioridade para a direção sindical. Além das atividades citadas e outras que estão sendo agendadas, 16 servidores da Saúde participam de cursos promovido pelo Centro de Formação Irmã Araújo (Cefuria). Essa é uma parceria importante entre as duas entidades, pois potencializa a formação de novos líderes pelo aprofundamento do conhecimento da história do povo brasileiro e da conjuntura política do país.

ção de perícia tomará medidas para reduzir a insalubridade; orientará para o uso de EPI; e proporrá a redução da jornada de trabalho".

Essa lei combina e complementa a Lei 13666/02, que também afirma que a insalubridade e da periculosidade poderão determinar jornadas reduzidas.

Precisamos pressionar, levando essas informações e exigindo seu cumprimento para o governador.

Queremos participar das decisões sobre a Paranaprevidência

O governo tem elaborado anteprojeto de lei para mudar a gestão da Paranaprevidência. O SindSaúde e o Fórum dos Servidores querem participar com propostas para definir o futuro do nosso fundo de previdência. Até o momento o governo não abriu para o debate.

Os trabalhadores da saúde querem a igualdade entre governo e trabalhadores no gerenciamento e na fiscalização da Paranaprevidência. Apesar da Constituição do Paraná assegurar a participação paritária dos servidores nos fundos aos quais contribui, isto não acontece.

No Conselho de Administração da Paranaprevidência não há paridade, atuam somente dois servidores, um aposentado e outro em atividade, escolhidos pelos sindicatos. O mesmo ocorre no Conselho Fiscal.

Queremos também que os representantes dos trabalhadores sejam eleitos diretamente pelos servidores.

Outra reivindicação dos trabalhadores da saúde é implantação da aposentadoria especial no Estado. Existe lei federal regulamentando a aposentadoria especial para pessoas que atuam em locais insalubres e perigosos.

Nossa aposentadoria depende da Paranaprevidência

A Paranaprevidência foi criada em dezembro de 1998 para gerenciar as aposentadorias e pensões dos servidores e seus dependentes. Substituiu o antigo IPE (Instituto e Previdência do Estado), em mais um experimento privatista de Lerner. O ex-governador contrariou a legislação pública ao inventar uma empresa privada para gerenciar os

recursos da nossa aposentadoria. O governo Requião apresentou projeto para transformar a Paranaprevidência em autarquia, colocando-a de volta no seio público. A direção do SindSaúde acompanhará as propostas de alterações do governo avaliando sempre se as mesmas não são prejudiciais ao servidor. Exigimos avanço em nossos direitos.

Saiba mais sobre nosso plano de previdência

O IPE era mantido pelo regime de solidariedade. Ou seja, as contribuições de cada funcionário público constituíam um fundo (poupança) para financiar as aposentadorias. Mesmo com valores diferentes, cada servidor colaborava com a aposentadoria do outro. Mas, o IPE foi sucateado. O Estado não contribuía com sua parte e os recursos foram mal administrados e desviados. Faltou dinheiro para pagar pensões e aposentadorias.

Com a Paranaprevidência, o regime é de

capitalização. O servidor e o Estado contribuem mensalmente com o 10% dos vencimentos para o fundo que financiará a sua aposentadoria. Esses recursos são aplicados no mercado. Se as ações dão lucro, aumentam os recursos. Se dão prejuízo, reduzem os recursos e podem até afetar as aposentadorias.

Do bom gerenciamento da Paranaprevidência dependem as nossas aposentadorias. Por isso precisamos ter mais poder de fiscalização e de decisão.

O sindicato na rede

Em breve o SindSaúde terá sua página na rede internacional de computadores - internet. (Net significa rede em inglês). É mais um investimento do sindicato para ampliar e aprofundar a comunicação com os sindicalizados.

Mudança no RH

Até o final de 2004 a Diretoria de Recursos Humanos era comandada por Vânia Martins, servidora de carreira. Em dezembro ela foi substituída por Roberto Pimentel. Diferente de Vânia, sua postura acirrou conflitos a ponto de ser substituído pouco mais de três meses depois.

Esperamos que o novo diretor de RH Adão Antônio Pedroso tenha interesse em compreender as diversas situações que envolvem os servidores e busque soluções no gerenciamento dos recursos humanos, com chefias menos autoritárias.

PCCS da Saúde

Continuamos insistindo com as autoridades sobre a necessidade de construirmos um PCCS para os trabalhadores da Saúde. A Secretaria da Educação já negociou com professores o PCCS do Magistério e agora está negociando o PCCS dos Funcionários da Educação. O secretário Cláudio Xavier fala sempre do PCCS da Saúde, mas não encaminhou nada a respeito.

O que queremos

Na recente assembléia a direção sindical propôs o debate sobre a Paranaprevidência. A categoria decidiu que devemos acompanhar atentamente a tramitação do projeto e defender os nossos direitos. Entre eles, destacamos:

- Participação paritária dos servidores nos Conselhos de Administração e Fiscal da Paranaprevidência;
- Garantia da aposentadoria especial para os servidores que trabalham em locais insalubridade e atividades perigosas;
- Eleição direta dos representantes dos servidores nos Conselhos Fiscal e de Administração

Sindicato quer trabalhador participando do SUS



O controle social do SUS sempre fez parte da nossa luta

Coren fará eleições neste mês

Um grupo de enfermeiros entrou com ação pedindo a suspensão das eleições no Coren (Conselho Regional de Enfermagem). Eles argumentam que a atual presidente não pode se candidatar a um terceiro mandato e que o processo não permitiu as condições para que pudesse ser organizada uma oposição. Obtiveram decisão favorável na Justiça.

Já teve início novo processo eleitoral. Os profissionais da enfermagem que tem sempre reclamado que o Coren cobra demais e não atua em favor dos trabalhadores, é hora de acompanhar as eleições, participar e cuidar em quem estão votando.

As eleições serão no dia 3 de junho.

Intervenção no Sistema Cofen

Agentes da Polícia Federal (PF) prenderam em janeiro 15 pessoas acusadas de fraudes contra o Conselho Federal de Enfermagem, no Rio de Janeiro. Entre os presos, está o atual presidente Gilberto Linhares Teixeira.

O Ministério Público acu-

sou formalmente 49 pessoas, que seriam responsáveis por um "rombo" de R\$ 50 milhões no conselho. Os presos são acusados de crimes como peculato, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, falsidade ideológica e uso de documentos falsos.

Uma marca do SUS é que os diversos segmentos sociais têm espaço de participação na definição e fiscalização das políticas da saúde pública. Essa participação acontece por meio dos conselhos de saúde.

Os trabalhadores também têm seu espaço nos conselhos. Esse foi o tema debatido no trabalho de formação que o SindSaúde promoveu nos dias 11 e 12 de março. Foi um momento rico de interação onde 40 trabalhadores da saúde discutiram os problemas que encontramos para fazer

valer o controle da sociedade sobre o SUS.

Neste ano ocorrerão conferências e devemos estar preparados para intervir com qualidade:

- As Conferências Municipais de Saúde devem ser realizadas até 16 de outubro;
- A Conferência Estadual será de 1º a 4 de dezembro;
- Conferências Municipais, Estadual e Nacional de Saúde do Trabalhador;
- Conferências Municipais, Estadual e Nacional de Gestão do Trabalho (Recursos Humanos)

Derrubando mitos: mão-de-obra feminina não é cara

Um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) derruba o "mito" de que a mão-de-obra feminina seria mais cara que a masculina. A idéia disseminada é que a licença maternidade e os cuidados com os filhos, como creches e benefícios complementares garantidos por lei, aumentam os custos, o que não é verdade. Esse argumento tem sido usado para limitar as oportunidades de emprego para as mulheres e manter a desigualdade salarial em relação aos homens.

O estudo "Questionando um mito: custos do trabalho de homens e mulheres", lançado recentemente é resultado de pesquisa realizada em cinco países da América Latina. Os custos da mão-de-obra feminina para o empregador representam, em média, menos de 2% da remuneração bruta mensal das mulheres. Isso acontece porque os benefícios médicos e financeiros associados à maternidade

não são custeados diretamente pelos empregadores, mas por fundos públicos, no caso do Chile, ou pelo sistema de seguridade social, em países como Brasil, Argentina, México e Uruguai.

Além disso, a pesquisa revela uma incidência anual relativamente baixa de gestações entre trabalhadoras assalariadas e, portanto, de licenças-maternidade e outras prestações a ela associadas.

Os níveis de educação têm sido um outro argumento constante para justificar os menores salários para mulheres e negros, mas o estudo mostra que escolaridade média das mulheres na grande maioria dos países da América Latina é superior à dos homens no mercado de trabalho. Contudo, a realidade é que, mesmo quando mulheres e negros possuem a mesma escolaridade que homens e não negros, o salário não é igual no mercado de trabalho.

(Fonte: Agência Adital)